

Coordenação geral
FREDIE DIDIER JR.

16

COLEÇÃO
GRANDES
TEMAS
DO CPC

Coordenadores FREDIE DIDIER JR.
e ANTONIO DO PASSO CABRAL

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL

2021

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



1194056

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

G752 Grandes Temas do Novo CPC - v.16 - Cooperação Judiciária Nacional / coordenadores
Fredie Didier Jr., Antonio do Passo Cabral – Salvador: Editora JusPodivm, 2021.
912 p. (Grandes Temas do Novo CPC / coordenador Fredie Didier Jr.)

Vários autores.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5680-528-3.

1. Direito Processual Civil. 2. Cooperação judicial. I. Didier Jr., Fredie. II. Cabral, Antonio do Passo. III. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Capítulo 1 ► Fundamentos para uma teoria da cooperação judiciária: a revolução que se avizinha23

Antonio do Passo Cabral

1. Introdução.....	23
2. O que é cooperação judiciária? O princípio da cooperação abrange as interações entre os juízes?.....	25
2.1. Das interações indiretas e sem mutualidade à comitologia judicial: as diversas formas da cooperação transjudiciária	26
2.2. Procedimento. Iniciativa, tratativas preliminares, ajuste. Natureza consensual mas não negocial	28
3. Características da cooperação entre juízos: formação de uma comunidade judiciária, não coercitividade, informalidade e humanização	30
3.1. Ênfase na autonomia e criação de uma “comunidade judiciária”. Engajamento em torno de projetos comuns	30
3.2. Reconhecimento da alteridade e a influência como <i>medium</i> do exercício das competências. As relações não hierárquicas e não impositivas entre instâncias do Judiciário	32
3.3. Informalidade e humanização	38
3.4. Fundamento normativo para a cooperação judiciária no direito brasileiro	39
4. A normativa da cooperação judiciária	41
4.1. Preferência em relação aos mecanismos não cooperativos	41
4.2. Celeridade e unidade da jurisdição nacional	41
4.3. Instrumentalidade das formas. Concisão e informalidade da cooperação. O auxílio direto	42
5. Objeto da cooperação	45
6. Sujeitos da colaboração judiciária. Órgãos judiciais envolvidos. A rede nacional de cooperação judiciária. O juiz de cooperação e os núcleos de cooperação	47
7. Quem decide a discordância sobre a competência? Conflito de competência e o controle hierárquico e heterônimo da coordenação de competências	51
8. Conclusão	54
9. Referências	54

Capítulo 2 ► Fundamentos da cooperação judiciária nacional..... 61

Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão

1. Introdução.....	61
--------------------	----

2. Princípios orientadores da cooperação judiciária nacional.....	62
3. Natureza jurídica.....	65
4. Fontes normativas	67
5. Alcance do instituto	69
6. Alteração e compartilhamento de competência na Cooperação Judiciária.....	72
6.1. A necessidade de uma nova compreensão sobre a competência	72
6.2. Prolação de decisões pelo juiz cooperante	76
7. Informalidade e documentação dos atos de cooperação	79
8. Conclusões	81
Referências.....	82

Capítulo 3 ► Notas introdutórias sobre a cooperação judiciária nacional..... 85

Edilton Meireles

1. Introdução.....	85
2. Princípios constitucionais regentes das atribuições do juiz.....	85
3. Dos órgãos cooperantes e da sua formalização	87
3.1. Espécies de cooperação	89
3.2. Princípios da cooperação judiciária	93
4. Do objeto e dos atos de cooperação	94
4.1. Do auxílio direto.....	95
4.2. Da reunião ou apensamento de processo e da centralização de processos repetitivos	98
4.3. Prestação de informações	104
5. Atos concertados entre os juízes cooperantes.....	105
5.1. Prática de citação, intimação ou notificação de ato	105
5.2. Obtenção e apresentação de provas e a coleta de depoimentos.....	109
5.3. Efetivação de tutela provisória, de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas e para facilitação de habilitação de créditos na falência e na recuperação judicial	110
5.4. Execução de decisão jurisdicional.....	111
6. Outros atos concertados.....	112
7. Conclusão	113
Referências.....	114

Capítulo 4 ► O papel do Conselho Nacional de Justiça na implantação da Cooperação Judiciária Nacional..... 117

Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro e Richard Pae Kim

1. Introdução.....	117
--------------------	-----

2. Resenha histórica da cooperação judiciária nacional.....	119
3. A proposta de resolução e o futuro da cooperação judiciária.....	125
4. Considerações finais.....	127
5. Referências	128

Capítulo 5 ► Cooperação entre juízos no Código de Processo Civil de 2015.....129

Gláucio Maciel Gonçalves e Alex Lamy de Gouvea

Introdução	129
1. A cooperação jurídica internacional por auxílio direto: considerações gerais	131
2. A cooperação jurídica entre órgãos do Judiciário brasileiro no CPC	136
3. A cooperação jurídica internacional por auxílio direto e cooperação jurídica entre órgãos do Judiciário brasileiro são instrumentos de acesso à justiça civil no séc. XXI	141
Conclusões.....	142
Referências bibliográficas	143

**Capítulo 6 ► As múltiplas dimensões da cooperação judiciária na administração
da justiça brasileira.....145**

Antônio Gomes de Vasconcelos

1. Introdução.....	145
2. Gênese do processo de construção conceitual e orgânica da cooperação judiciária nos sistemas jurídico e de justiça brasileiros.....	147
2.1. A matriz inspiradora	148
2.2. A singularidade do sistema judiciário brasileiro e a cooperação judiciária.....	151
3. A construção do sistema nacional de cooperação judiciária	153
4. O Sistema Nacional de Cooperação Judiciária	161
5. O conceito multidimensional da cooperação judiciária.....	163
5.1. Cooperação judiciária em administração da justiça	166
5.2. Cooperação judiciária processual	168
5.3. Cooperação em gestão judiciária	171
5.4. Cooperação judiciária em infraestrutura	172
5.5. Cooperação judiciária internacional.....	172
5.6. Cooperação judiciária por extensão (interinstitucional)	174
6. Indicações empíricas emblemáticas.....	175
6.1. O sistema Integrado de Gestão Judiciária e Participação da Primeira Instância na Administração da Justiça Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais – SINGESPA/TRT-MG.....	175
6.2. Experiências emblemáticas de cooperação judiciária processual	177
7. Conclusão	179

Capítulo 7 ► A atuação dos sujeitos processuais na cooperação judiciária nacional: entre o dever do juiz de realizar e o direito da parte de participar181

Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão

1. Introdução.....	181
2. Dever de cooperação.....	182
2.1. Fundamentos para a recusa.....	184
2.2. A variação de intensidade do dever de cooperação.....	187
2.3. Consequências para a violação ao dever de cooperação.....	190
3. A participação das partes na construção da cooperação judiciária.....	191
4. Controle e impugnação da cooperação judiciária.....	194
5. Conclusões.....	197
Referências.....	198

Capítulo 8 ► Potencialidades e limites da cooperação judiciária nacional..... 199

Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão

1. Introdução.....	199
2. Elementos do modelo de cooperação judiciária do CPC/2015.....	200
3. Tipos de cooperação.....	201
3.1. Cooperação judiciária realizada mediante pedido.....	202
3.2. Cooperação judiciária por concerto entre os magistrados.....	203
3.3. Cooperação por delegação.....	204
4. Instrumentos de cooperação judiciária.....	205
4.1. As cartas e sua “preterição” no sistema aberto de instrumentos de cooperação judiciária.....	206
4.2. Auxílio direto.....	208
4.3. Reunião ou apensamento de processos.....	208
4.3.1. Reunião e apensamento de processos entre juízos com competências absolutas diferentes.....	210
4.3.2. Necessidade de critérios objetivos para definir quais processos serão reunidos ou apensados e perante qual juízo.....	211
4.4. Atos concertados entre os juízes cooperantes.....	214
5. Atos de cooperação judiciária.....	214
5.1. Prestação de informações.....	215
5.2. Prática de citação, intimação ou notificação de ato.....	215
5.3. Obtenção e apresentação de provas e a coleta de depoimentos.....	216
5.3.1. Suspensão do processo.....	217

5.4. Efetivação de medidas e providências para a recuperação e a preservação de empresas e a facilitação de habilitação de créditos na falência e na recuperação judicial.....	218
5.5. Centralização de processos repetitivos	219
5.6. Efetivação de tutela provisória e execução de decisão jurisdicional	221
6. Conclusões	224
Referências.....	225

Capítulo 9 ► Ato concertado e centralização de processos repetitivos227

Freddie Didier Jr.

1. Conceito de cooperação judiciária nacional.....	227
2. Elementos da cooperação judiciária nacional brasileira: os sujeitos da cooperação, os tipos de cooperação, os instrumentos de cooperação e os atos de cooperação.....	227
3. Atos concertados: a cooperação negociada	229
4. Generalidades e legitimidade para celebração do ato concertado. A cooperação interinstitucional	229
5. Objeto da concertação.....	232
6. A centralização de processos repetitivos como objeto de concertação (art. 69, §2º, VI, CPC).....	234
7. Ato concertado, centralização de processos repetitivos e modificação de competência	237

Capítulo 10 ► O ato concertado entre juízes cooperantes: esboço de uma teoria para o direito brasileiro243

Gabriela Macedo Ferreira

1. Introdução.....	243
2. O princípio do juiz natural: uma nova compreensão focada na adaptabilidade das competências e na preservação de seu núcleo essencial	244
3. A cooperação judiciária nacional: instrumento desburocratizado da prática célere de atos judiciais fora da esfera de competência do juízo	248
3.1. “Multidistrict Litigation”: a criação americana de um painel para decidir se e como os casos serão transferidos para produção de atos em conjunto	253
3.2. A tipologia da cooperação judiciária nacional.....	255
4. A cooperação judiciária por solicitação.....	257
5. A cooperação judiciária por ato concertado entre juízes cooperantes (art. 69, § 2º do CPC).....	257
5.1. Natureza jurídica dos atos concertados entre juízes cooperantes: o ato concertado como negócio jurídico processual.....	259
5.2. O objeto do ato concertado entre juízes cooperantes.....	264
5.2.1. Os atos concertados para produção de prova: demonstrando a utilidade prática do tema.....	266

5.2.2. Os atos concertados e a alteração de competência para julgamento: uma nova hipótese legal de alteração de competência	268
5.3. Os atos concertados e sua impugnação	275
6. Conclusão	277
7. Referências	278

Capítulo 11 ► Os atos concertados entre juízos cooperantes e o compartilhamento de competências jurisdicionais: a cooperação judiciária nacional e seus reflexos para o sistema de competências.....283

Maria Gabriela Campos

1. Introdução.....	283
2. A cooperação judiciária nacional instituída pelo CPC-2015	284
3. Alguns atributos que informam a cooperação judiciária nacional.....	286
3.1. Eficiência como baliza das interações judiciais	286
3.2. Foco no estímulo à formação de uma rede judiciária de cooperação, permeada pela consensualidade	287
3.3. Informalidade, flexibilidade e atipicidade da cooperação judiciária nacional.....	288
4. Tipologia da cooperação judiciária nacional: a proposta de Fredie Didier Jr.	289
5. A natureza negocial do ato concertado: nossa posição.....	290
6. Especificamente sobre os atos concertados e suas potencialidades	291
7. Repensando o sistema de competências a partir do paradigma da cooperação nacional .	293
7.1. Flexibilização e gestão da competência: o princípio da competência adequada como premissa	293
7.2. O compartilhamento de competências jurisdicionais decorrente do concerto de atos entre os juízos cooperantes	297
8. Conclusões	299
9. Referências	300

Capítulo 12 ► A participação das partes no ato concertado entre juízos cooperantes à luz da Resolução nº 350/2020 do CNJ.....303

América Cardoso Barreto Lima Nejaim

1. Introdução.....	303
2. Princípios basilares da cooperação judiciária	304
2.1. O Princípio da Eficiência Processual para uma prestação jurisdicional econômica, célere e qualificada	304
2.2. Princípio da Adequação do Processo ou Adaptabilidade do Procedimento no CPC/2015 – Diretrizes para a concretização da cooperação judiciária	311
3. A cláusula geral da cooperação judiciária nacional no CPC.....	314
4. A Resolução nº 350/2020 do CNJ.....	327

5. O ato concertado entre juízos cooperantes: cooperação judiciária negociada	329
6. O Diálogo entre Juízos cooperantes e as Partes do processo no ato de concertação: colaboração processual para a supercooperação Judiciária	336
7. Conclusão	342
Referências bibliográficas	344

Capítulo 13 ► Disposição de competência decisória por ato concertado entre juízes cooperantes 349

Murilo Teixeira Avelino

Prólogo	349
1. A estruturação da cooperação judiciária nacional	351
1.1. Sujeitos da cooperação	352
1.2. Tipos de cooperação	354
1.3. Instrumentos ou meios de cooperação	355
1.4. Atos em cooperação	357
2. Ato concertado (instrumento) e alteração de competência (objeto)	358
2.1. O ato concertado entre juízes cooperantes	359
2.2. Reunião ou apensamento de processos	360
2.3. Centralização de processos repetitivos	362
3. Disposição de competência por ato concertado	364
3.1. Diretrizes para a modificação de competência por ato concertado	369
Conclusão	373
Bibliografia	374

Capítulo 14 ► Deslocamento de competência absoluta por cooperação judiciária 377

Edilton Meireles

1. Introdução	377
2. Da reunião, apensamento ou centralização de processos por cooperação judiciária	377
3. Juiz natural e deslocamento de competência por cooperação	383
4. Deslocamento da competência absoluta	389
4.1. Precedentes legislativos de modificação da competência absoluta definida constitucionalmente	394
4.2. Precedentes jurisprudenciais de flexibilização da competência absoluta constitucional	396
5. Deslocamento de competência absoluta por ato de cooperação judiciária	399
6. Conclusão	410
Referências	410

Capítulo 15 ► Gestão cooperativa da competência adequada e a versatilidade no tratamento de demandas interligadas..... 419

Guilherme Kronenberg Hartmann

1. Cooperação judiciária nacional e o CPC/2015	419
2. Competência adequada.....	421
3. Convergência da cooperação judiciária nacional ao tema da competência adequada na versatilidade de tratamento de demandas interligadas	425
3.1. Enredo sobre a adequação da modificação legal da competência	426
3.2. Versatilidade dos métodos de cooperação judiciária no tratamento de demandas interligadas	429
Considerações finais	435
Bibliografia	436

Capítulo 16 ► Critérios para alteração de competência por cooperação judiciária... 439

Edilton Meireles

1. Introdução.....	439
2. Da reunião, apensamento ou centralização de processos por cooperação judiciária.....	439
3. Juiz natural e deslocamento de competência por cooperação	445
4. Reunião das execuções fiscais	451
5. Critérios para definição da competência. Competência adequada (<i>forum non conveniens</i>)	454
5.1. Conveniência do Poder Judiciário.....	461
5.1.1. Eficiência	461
5.1.2. Economia processual.....	463
5.1.3. Igualdade de tratamento	463
5.2. Posição jurídica das partes envolvidas	464
5.2.1. Lugar de residência ou domicílio.....	464
5.2.2. Local onde ocorreu o fato.....	465
5.2.3. Local da produção da prova.....	465
5.2.4. Vantagens processuais	466
5.2.5. Lei aplicável.....	467
5.3. Estrutura orgânica e funcional do juízo para processamentos dos feitos.....	467
5.3.1. Natureza da causa.....	468
5.3.2. Estrutura orgânica do órgão judicante	469
5.3.3. Perfil do magistrado.....	470
6. Considerações parciais.....	477
7. Conclusão	479
Referências.....	480

Capítulo 17 ► Tutela coletiva, cooperação e transfederalismo: compartilhando problemas e soluções	489
<i>José Arthur Castillo de Macedo e Thaís Amoroso Paschoal</i>	
Introdução	489
1. O caso Rio Doce	490
2. Transfederalismo	493
3. Cooperação judiciária nacional: superando as dificuldades da divisão estática de competências em ações coletivas e incentivando a cooperação federativa	497
Conclusão	504
Referências bibliográficas	505
Capítulo 18 ► A cooperação nacional como mecanismo de coletivização: algumas questões preliminares.....	509
<i>Sérgio Cruz Arenhart e Gustavo Osna</i>	
1. Notas Introdutórias.....	509
2. Da Cooperação à Coletivização: um Caminho de Flexibilidade.....	510
2.1. A Cooperação Nacional como Meio de Coletivização	510
2.2. A Concertação como Substituto da Ação Coletiva: Breves Ponderações.....	515
2.3. A Concertação de Atos Probatórios e a Tutela Coletiva na Realidade Brasileira.....	520
3. Possibilidades e Caminhos para a Coletivização Mediante Concertação	522
3.1. Além da Produção Probatória: a Concertação de Atos para o Acertamento de Questões.....	522
3.2. Declarações de Fato e Vinculatividade Coletiva.....	525
3.3. O caso específico da execução coletiva	534
4. Considerações Finais – Todo fim de uma jornada é o começo de uma nova.....	536
Capítulo 19 ► Notas sobre a centralização de processos repetitivos no contexto da cooperação judiciária nacional.....	537
<i>Alexandre Freitas Câmara e Ricardo Menezes da Silva</i>	
1. Introdução.....	537
2. Do microsistema de causas repetitivas.....	538
3. Da exigência de centralização de causas repetitivas.....	541
4. Da centralização de causas repetitivas como hipótese de conexão	544
5. Do momento da centralização de processos.....	548
6. Do regime não representativo	550
7. A centralização de processos e os demais institutos de tratamento de feitos repetitivos..	555
8. Conclusão	558

Capítulo 20 ► Centralização de processos e cooperação judiciária: terceiro mecanismo de resolução de casos repetitivos.....559

Isadora Passos Amaral Viana

1. Introdução.....	559
2. A cooperação judiciária nacional.....	560
2.1. A cooperação judiciária nacional na legislação processual.....	560
2.2. Conceito, classificação e natureza dos atos de cooperação judiciária.....	561
3. A massificação dos conflitos e a repetição da discussão de uma mesma questão no Judiciário brasileiro.....	564
4. Instrumentos de tutela de situações jurídicas coletivas.....	566
4.1. As ações coletivas.....	566
4.2. As técnicas de solução de casos repetitivos.....	567
5. A centralização de processos repetitivos.....	569
5.1. Noção.....	569
5.2. A centralização de processos como terceiro mecanismo integrante do microsistema de julgamento de casos repetitivos.....	569
5.2.1. A centralização de processos repetitivos e o problema da repetição das questões de fato.....	571
5.2.2. Harmonia entre a centralização de processos prevista no art. 69, § 2º, VI, do CPC e as normas gerais do microsistema de resolução de casos repetitivos.....	572
5.2.3. Possibilidade de ajustes, mediante concerto, de acordo com as peculiaridades dos processos.....	575
5.3. Proposta de procedimento de centralização de processos repetitivos como mecanismo de resolução centralizada de questão de fato.....	575
5.3.1. Instauração.....	576
5.3.2. Providências após a instauração.....	577
5.3.3. Vinculação da premissa fática estabelecida.....	580
5.4. Relações entre a centralização de processos repetitivos e os demais instrumentos de tutela coletiva.....	580
6. Considerações finais.....	581
Referências.....	582

Capítulo 21 ► Centralização de questão de fato para produção conjunta da prova e grau de vinculatividade fática entre demandas.....585

Daniela Bermudes Lino

1. Notas introdutórias. O problema: quando demandas são suficientemente semelhantes para que se possa dar às questões comuns entre elas um tratamento conjunto?.....	585
--	-----

2. Formas pelas quais é possível evitar decisões contraditórias sobre questões comuns: reunião de demandas e centralização de questões – a produção conjunta da prova como técnica de centralização de questão de fato	588
3. O “fato comum” que autoriza a produção unificada da prova e os graus de vinculatividade fática entre demandas.....	594
3.1. Alegações fáticas e temas de prova – quais “fatos comuns” podem ser provados? ...	594
3.2. Grau de vinculatividade fática entre demandas e as relações de conexão e afinidade: fato como elemento concreto, tipos de fato e o “fato comum”.....	597
3.3. Quando não é recomendável a centralização de questão de fato para a produção conjunta da prova de fato comum?.....	601
4. Síntese.....	603
Bibliografia	604

Capítulo 22 ► O conflito de competência no âmbito da cooperação judiciária nacional.....607

Leonardo Carneiro da Cunha

1. Apresentação da hipótese a ser examinada	607
2. Cooperação judiciária nacional.....	608
3. O compartilhamento de competência como medida que concretiza o princípio da eficiência	610
4. O conflito de competência e sua natureza jurídica	611
5. Hipóteses de conflito de competência.....	613
5.1. Noções gerais	613
5.2. Conflito positivo	613
5.3. Conflito negativo	614
5.4. Controvérsia acerca da reunião ou da separação de processos	615
5.5. Legitimidade para suscitar o conflito	616
6. Conflito de competência em compartilhamento por atos concertados.....	618
7. O compartilhamento de competência como meio para prevenir ou evitar o conflito de competência	621
8. O compartilhamento de competência como meio para solucionar o conflito de competência.....	622
9. Conclusões	623
10. Referências	623

Capítulo 23 ► Cooperação judiciária nacional e conflito de competência.....625

Edilton Meireles

1. Introdução.....	625
2. Da reunião para evitar decisões conflitantes ou contraditórias.....	626

3. Da reunião, pensamento ou centralização de processos por cooperação	630
4. Do conflito de competência.....	641
5. Conclusão	644
Referências.....	644

Capítulo 24 ► Do conflito entre atos concertados de cooperação judiciária e negócios processuais celebrados pelas partes..... 647

Leandro Fernandez

1. Introdução.....	647
2. Da cooperação judiciária nacional.....	648
2.1. Das cartas ao modelo cooperativo flexível.....	648
2.2. Compreensão analítica e fundamentos da cooperação judiciária	652
2.3. Tipos, instrumentos e atos de cooperação	655
2.4. A atipicidade na cooperação judiciária.....	659
2.5. <i>Amicus curiae</i> e cooperação judiciária. a reconfiguração do papel do <i>amicus curiae</i> pela Resolução n.º 350/20 do CNJ.....	661
2.6. Cooperação interjudiciária e interinstitucional.....	662
2.7. O ato concertado de cooperação judiciária.....	667
2.8. Da revisão de atos concertados de cooperação	669
3. Dos negócios jurídicos processuais.....	670
3.1. Contornos conceituais	670
3.2. Os negócios jurídicos processuais na estrutura do direito fundamental de ação. Negócios processuais como competências.....	673
3.3. Do controle pelo juiz. Da invalidade dos negócios processuais.....	675
4. Do conflito entre atos concertados de cooperação e negócios processuais celebrados pelas partes.....	678
5. Do controle dos atos concertados de cooperação judiciária	685
6. Conclusões	691
Referências bibliográficas	691

Capítulo 25 ► Em busca da cognição adequada: as transferências e delegações cognitivas 695

Fernanda Vogt

1. Introdução.....	695
2. Por uma cognição adequada: quem pode conhecer melhor?.....	696
3. Premissas para a cognição adequada: a dupla faceta da eficiência.....	700
4. Atos concertados entre juízos cooperantes: transferência cognitiva para outros juízes que possuem conhecimento sobre temas específicos.....	702

5. Conhecimento privado e características pessoais do juiz como elementos para a cognição adequada. A escolha do juiz por convenção das partes.....	707
6. A cognição voltada à influência de outros centros subjetivos.....	710
7. Delegações cognitivas: o exemplo dos processos estruturais.....	713
8. Conclusão.....	716
9. Referências bibliográficas.....	717

Capítulo 26 ► Ainda sobre o gerenciamento processual adequado de demandas estruturantes formalmente individuais a partir da cooperação judiciária nacional: como evitar o “efeito da vítima identificada” ou o “efeito do processo com rosto” e outros vieses – contribuições da análise institucional, da neurociência e da economia comportamental.....	721
--	------------

Felipe Barreto Marçal

Introdução.....	721
1. Necessidade de entender alguns processos formalmente individuais como materialmente estruturantes (policêntricos ou multifocais).....	722
2. Contribuições da análise institucional para o gerenciamento adequado: um diálogo com o Direito Público.....	725
3. Contribuições da psicologia cognitiva, da neurociência e da economia comportamental: os vieses do “processo com rosto” sobre os agentes (“efeito da vítima identificada” e outros vieses).....	728
4. Sugestões concretas para minimização dos vieses cognitivos e otimização do gerenciamento processual estruturante.....	735
Conclusão.....	741
Referências Bibliográficas.....	742

Capítulo 27 ► Técnicas de cooperação judiciária nacional aplicadas a processos estruturais.....	749
--	------------

Gustavo Cavalcanti Lamêgo

1. Introdução.....	749
2. A teoria dos processos estruturais.....	750
3. A cooperação judiciária nacional.....	752
4. O uso de técnicas de cooperação judiciária em processos estruturais.....	755
4.1. Noções gerais.....	755
4.2. A cooperação judiciária nacional como instrumento de condução dialógica dos processos estruturais.....	756
4.2.1. O diálogo institucional na condução de processos estruturais.....	757
4.2.2. A cooperação judiciária como instrumento de concretização do princípio da publicidade nos litígios estruturais.....	760

4.3. A conexão probatória nos processos estruturais	764
4.4. A centralização de processos	768
5. Conclusão	770
6. Referências	771

Capítulo 28 ► A cooperação judiciária nacional como instrumento de descentralização da execução.....775

Juliana Melazzi Andrade

1. Introdução.....	775
2. Cooperação interinstitucional por delegação.....	775
3. Alguns exemplos da colaboração de agentes privados ao exercício da função jurisdicional.....	780
4. Cooperação por delegação a agentes privados no processo de execução.....	783
4.1. A natureza privada é incompatível com a cognição executiva? Alguns parâmetros e limites para a cooperação de agentes privados ao processo de execução.....	785
5. Conclusão	793
6. Referências	793

Capítulo 29 ► O novo sentido da jurisdição na Estratégia do Poder Judiciário Nacional: a institucionalização da cooperação judiciária como estratégia de administração de justiça: o caso Singespa (TRT-MG)..... 799

Antônio Gomes de Vasconcelos

1. Introdução.....	799
2. A Estratégia do Poder Judiciário nacional e seus fundamentos.....	804
O percurso da estratégia	809
Reformulação estratégica e neoparadigmática do sentido da jurisdição.....	815
3. Adequando a estrutura à estratégia: o Sistema Integrado de Participação da Primeira Instância na Gestão Judiciária e na Administração da Justiça do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região (SINGESPA/TRT3).....	819
3.1. SINGESPA: princípios, estrutura, objetivos, funcionamento	822
4. Conclusão	837
5. Bibliografia	841

Capítulo 30 ► A concretização do princípio da eficiência no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região: experiências de cooperação judiciária 843

Andréa Presas Rocha

1. Introdução.....	843
--------------------	-----

2.	O princípio da eficiência, o princípio da cooperação e o dever de cooperação.....	844
3.	Elementos da cooperação judiciária nacional.....	846
3.1.	Atos concertados e objeto da concertação.....	848
4.	O princípio da eficiência e sua manifestação prática.....	850
4.1.	O sistema PJe.....	850
4.2.	O Sistema de Designação de Oitivas por Videoconferência (Sisdov).....	851
4.3.	Comunicações judiciais por Whatsapp.....	852
4.4.	O Sistema de Execução Integrada (SEI) e a pesquisa patrimonial por Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (OJAFs).....	852
5.	Experiências de cooperação judiciária.....	853
5.1.	Protocolos institucionais.....	854
5.2.	A Coordenadoria de Execuções e Expropriação (CEE) e os Procedimentos de Reunião de Execuções (PREs).....	854
5.3.	Os leilões unificados.....	856
5.4.	Os Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (CEJUSCs) de 1º e 2º graus.....	857
5.5.	O mutirão para julgamento.....	858
5.6.	O projeto para tratamento do arquivo provisório.....	858
6.	As múltiplas facetas dos atos de cooperação: exemplos práticos possíveis.....	859
7.	Conclusão.....	861
	Referências.....	862

Capítulo 31 ► Cooperação judiciária nacional, recuperação judicial e alguns aspectos da proteção do patrimônio da sociedade recuperanda 863

Pedro Fernandes Rohenkohl

1.	Introdução.....	863
2.	Cooperação judiciária nacional.....	864
2.1.	Breve histórico e conceito.....	864
2.2.	Normas fundamentais e cooperação judiciária.....	865
2.3.	Características da cooperação judiciária nacional.....	868
2.4.	Tipologia, instrumentos e objeto do ato de cooperação.....	869
2.5.	O livre trânsito das hipóteses do §2º do art. 69 do CPC – possibilidade de cooperação para preservação de empresas em qualquer tipo, instrumento e ato....	870
2.6.	O rol exemplificativo do art. 69, §2º, do CPC e seus desdobramentos para a cooperação para preservação de empresas.....	872
3.	Recuperação judicial.....	874
3.1.	Conceito e noções acerca da Recuperação Judicial.....	874
3.2.	A Recuperação Judicial como processo coletivo e a cooperação judiciária nacional..	876

3.3. A universalidade do juízo da recuperação, execuções envolvendo patrimônio da recuperanda e a cooperação judiciária nacional.....	877
4. Aspectos práticos da cooperação judiciária para proteção ao patrimônio da sociedade recuperanda	878
4.1. Ilustração da problemática com a análise pontual da recuperação judicial do Grupo Oi-Telemar e do Grupo Odebrecht	878
4.2. A discussão acerca da execução fiscal em face das sociedades em recuperação judicial – atos de constrição do patrimônio.....	884
4.3. Lei nº 14.112/2020 e as mudanças na constrição de bens decorrente de execução fiscal – primeiras linhas	886
5. Conclusão	889
Referências bibliográficas	890
Anexos.....	893
I. Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis sobre cooperação judiciária...	893
II. Resolução n. 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça.....	894
Anexo I da Resolução nº 350, de 27 de outubro de 2020 – Modelo exemplificativo de pedido de cooperação por auxílio direto	904
Anexo II da Resolução nº 350, de 27 de outubro de 2020 – Modelos exemplificativos de despachos conjuntos.....	905
Anexo III da Resolução nº 350, de 27 de outubro de 2020 – Modelo exemplificativo de ato concertado	909